

Bem-estar ético-político: a necessidade de uma conceitualização para o campo da intervenção psicossocial no trabalho junto com mulheres em situação de pobreza e injustiça social

Priscila Dias Batista Vieira é brasileira, psicóloga e filósofa pela PUCPR (Brasil), mestre em Intervenção Social e doutoranda em Pós-Colonialismo e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra (Portugal). Desenvolve Projetos Sociais voltado ao bem-estar de mulheres em situação de pobreza através de intervenções baseadas nas Artes. E-mail: prisciladias.social@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4623-5230>

Ana Teixeira de Melo é portuguesa, doutorada em Psicologia Clínica e investigadora do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (Portugal). Investiga processos de florescimento e mudança positiva e resiliência humana. Investiga um pensamento complexo para a gestão da mudança em sistemas complexos e da inter/transdisciplinaridade criativas e abduativas. E-mail: anamelopsi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7816-3836>

Declaración.

Las autoras declaran que han participado en todo el proceso científico de esta investigación que incluye la conceptualización, metodología, redacción y edición. También declaran que no tienen ningún conflicto de interés potencial con respecto a la autoría y publicación de este artículo. Doi:

Resumen

En distintas partes del mundo, el bienestar de muchas mujeres se ve comprometido. El concepto de bienestar es de fundamental relevancia en el campo de las intervenciones psicosociales, especialmente en el trabajo dirigido a mujeres que viven en situación de pobreza y experimentan numerosas desigualdades e injusticias sociales. En este artículo planteamos la necesidad de conceptualizar una noción de bienestar ético-político que tenga en cuenta las condiciones específicas de las mujeres en estas situaciones y sea capaz de orientar el trabajo de intervención directa con ellas. El campo de la Psicología Positiva, como ciencia que estudia el bienestar, ha desplazado el énfasis de la enfermedad a una perspectiva centrada en el florecimiento humano. Sin embargo, existen limitaciones en esta literatura, como la falta de consideración del papel de las dimensiones de clase, género y raza, entre otras, que sitúan al bienestar entre los conceptos que necesitan ser revisados para ser aplicables a contextos específicos, de forma que contribuyan a promover la equidad. El objetivo de esta propuesta es contribuir a las prácticas decoloniales, comprometidas con la búsqueda de formas de vida más dignas y con el combate a la violencia estructural experimentada por las mujeres que enfrentan el sufrimiento causado por el capitalismo y otras formas de opresión, como el patriarcado y las dominaciones coloniales que sustentan modelos relacionales de superioridad/inferioridad. Buscamos discutir las dimensiones centrales y los ejes organizadores de esta conceptualización, así como los principales desafíos teóricos, metodológicos y empíricos a ser enfrentados.

Palabras clave:

bienestar ético-político | intervención psicosocial | mujeres en situación de pobreza | injusticia social

Resumo

Em diferentes partes do mundo, muitas mulheres têm o seu bem-estar comprometido. O conceito de bem-estar é de fundamental relevância para o campo das intervenções psicossociais, sobretudo nos trabalhos voltados às mulheres em situação de pobreza e que vivenciam inúmeras desigualdades e injustiças sociais. Neste artigo propomos a necessidade da conceitualização de uma noção de bem-estar ético-político, que atenda às especificidades das condições das mulheres nestas situações e que seja capaz de orientar o trabalho de intervenção direta com as mesmas. O domínio da Psicologia Positiva, como ciência que estuda o bem-estar, deslocou a ênfase na doença para uma perspectiva centrada no florescimento humano. Porém, há limitações nesta literatura, nomeadamente pela falta de consideração do papel de dimensões de classe, gênero e raça, entre outras, que colocam o bem-estar entre os conceitos que precisam ser revistos para serem aplicáveis a contextos específicos, de um modo que contribua para promover a equidade. Com esta proposta, pretende-se contribuir para práticas decoloniais, comprometidas com a busca por modos de vida mais dignos e com o combate de violências estruturais vivenciadas por mulheres que enfrentam sofrimentos provocados pelo capitalismo e outras formas de opressão, como o patriarcado e as dominações coloniais que sustentam modelos relacionais de superioridade/inferioridade. Buscamos discutir dimensões centrais e eixos organizadores desta conceitualização bem como os principais desafios teóricos, metodológicos e empíricos a enfrentar.

Palavras-chave: *bem-estar ético-político | intervenção psicossocial | mulheres em situação de pobreza | injustiça social*

Abstract

In different parts of the world, many women's well-being is compromised. The concept of well-being is of fundamental relevance to the field of psychosocial interventions, especially in work aimed at women living in poverty and experiencing countless inequalities and social injustices. In this article, we propose the need to conceptualize a notion of ethical-political well-being that addresses the specific conditions of women in these situations and supports direct intervention work with them. The field of Positive Psychology, as a science that studies well-being, has shifted the emphasis from illness to a perspective centered on human flourishing. However, there are limitations in this literature, namely the lack of consideration of the role of class, gender and race dimensions, among others, which place well-being among the concepts that need to be reviewed in order to be applicable to specific contexts, in a way that contributes to promoting equity. The aim of this proposal is double. First, it contributes to decolonial practices, committed to the search for more dignified ways of life. Second, it combats structural violence experienced by women who face suffering caused by capitalism and other forms of oppression, such as patriarchy and colonial dominations that sustain relational models of superiority/inferiority. We seek to discuss the central dimensions and organizing axes of this conceptualization, as well as the main theoretical, methodological and empirical challenges to be faced.

Keywords: *ethical-political well-being | psychosocial intervention | women in poverty | social injustice.*

Introdução:

A promoção do bem-estar das mulheres em situação de pobreza é a preocupação central da conceitualização que pretendemos introduzir

neste artigo. Visamos argumentar sobre a necessidade de se conceitualizar o bem-estar ético-político (BEEP) com o objetivo de incluir perspectivas de gênero, raça e classe, que possam orientar práticas no campo da intervenção psicossocial.

Iniciaremos discutindo o impacto da pobreza na vida das mulheres, a partir da noção de feminização da pobreza, sobretudo no caso das famílias monoparentais. Seguindo com as perspectivas interseccionais e reconhecendo as opressões a partir das lógicas patriarcais, capitalistas e racistas, buscaremos apoio na noção de sofrimento ético-político para alcançar uma visão mais aprofundada das experiências vivenciadas por essa parcela da população, somadas aos efeitos do colonialismo em suas vidas.

Buscaremos pensar a pobreza a partir de uma visão psicossocial e multidimensional, que reconheça a importância dos relacionamentos interpessoais para o seu enfrentamento, enfatizando a relevância do sentido de comunidade e de conexão com os outros.

O bem-estar apresenta-se não apenas como um conceito, mas como um campo ativo de discussão teórica, em que diferentes autores disputam o seu significado, confrontando visões distintas, como é o caso do bem-estar social e bem-estar comunitário. Para alcançar o argumento que pretendemos, este artigo brevemente discutirá os ganhos do deslocamento do conceito de bem-estar material em direção às dimensões do bem-estar subjetivo e do bem-estar psicológico, somado ao deslocamento da ênfase das psicopatologias para as questões voltadas à satisfação com a vida.

A Psicologia Positiva apresenta-se como uma ciência focada no estudo do bem-estar, revelando aspectos positivos da experiência psicológica humana, sobretudo relacionando o bem-estar com a noção de florescimento. Serão mencionados alguns dos limites que identificamos nesta área, nomeadamente o facto de não se ocupar das experiências das populações periféricas do Sul Global.

Se, por um lado, tecemos uma crítica fundada na identificação de ausências e lacunas críticas, por outro, reconhecemos a importância da Psicologia Positiva ao deslocar as lentes da ciência do sofrimento e da patologia para as dimensões do bem-estar e competência.

Com o objetivo de contribuir para o avanço nesta área do conhecimento e para a perseguição da justiça social, traremos o debate sobre a importância de refletirmos sobre o bem-estar de mulheres em situação de pobreza através das lentes da Psicologia Decolonial e do Feminismo Decolonial, informadas por autores comprometidos com as injustiças sociais e conscientes criticamente dos processos de exploração produzidos pelo capitalismo, patriarcado, racismo e colonialismo. Estas lentes salientam dimensões éticas e políticas que têm estado ausentes na conceitualização do bem-estar.

O impacto da pobreza na vida das mulheres

Diane Pearce apresentou, em 1978, um artigo com o conceito de feminização da pobreza, apontando que esta estaria se tornando um problema cada vez mais feminino, com "o aumento da chefia feminina como indicador de pobreza e a inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma subalternizada" (Souza et al., 2020, p. 61). Anos depois, em 1995, as Nações Unidas apresentaram um Relatório de Desenvolvimento Humano informando que as mulheres representam 70% das pessoas pobres no mundo (Vega, 2019).

A pobreza das mulheres, no entanto, não é um fenômeno recente, como argumenta Davis (2016, p. 30), "de modo tipicamente racista, o fenômeno da pobreza não foi reconhecido como uma questão legítima entre as mulheres até começar a afetar as mulheres brancas antes abastadas. Contudo, as mulheres negras têm estado dolorosamente familiarizadas com a realidade de privação econômica desde os tempos da escravidão".

A perspectiva interseccional (Akotirene, 2019) apresenta-se como fundamental para esse campo de análise, pois nos informa que o gênero não deve ser pensado de modo isolado da categoria raça, assim como de outros exemplos de eixos de diferenciação social que também precisam ser considerados.

Segundo Soares (2013), "há os estudos, que identificam grupos de mulheres mais vulneráveis ao empobrecimento, tais como as mulheres negras, as indígenas, as lésbicas, as mães solteiras, entre outras" (p. 905), como é o caso de algumas mulheres deficientes, imigrantes e idosas. Não há uma categoria nessa sobreposição que deva ser considerada a priori do que outra, afinal a importância das experiências vividas de cada pessoa será sempre única e deverá ser levada em consideração" (Leal et al., 2017, p. 27).

O que é fundamental reconhecermos é que a situação de pobreza em que muitas mulheres se encontram deriva de um processo histórico severo, organizado a partir dos sistemas sociais dominantes, que operam com base em lógicas patriarcais, capitalistas e racistas (Santos, 2018) e que têm gerado em suas vidas múltiplas formas de desigualdades e injustiças sociais (Sen, 2011).

No caso de famílias monoparentais, na qual a mulher é "mãe solteira, divorciada ou separada que não mais quis ou teve a oportunidade de uma união estável" (Costa & Marra 2013, p. 145), elas ficam, frequentemente, responsáveis pelo cuidado dos filhos e sendo as únicas provedoras de recursos.

Essas vivências, que colaboram para muitas mulheres se encontrarem em situação de pobreza, são compreendidas na contemporaneidade como enquadradas na crise do cuidado (Arruzza, Bhattacharya & Frase, 2019), que envolve questões como a divisão sexual do trabalho e a reprodução social da vida.

É fundamental considerar as heranças do colonialismo quando se pensa em estratégias de promoção do bem-estar como o enfrentamento da situação de pobreza em que muitas mulheres se encontram. Mesmo que o período de colonização tenha acabado em muitos países, o colonialismo não terminou, deixando um legado de injustiças e desigualdades que persistem ainda nos dias de hoje (Quijano, 2000).

Além de o colonialismo representar a autoridade do controle econômico e político de um país sobre territórios estrangeiros, ele também evidencia um modo de dominação ontológico, fazendo com que alguns seres sejam considerados inferiores e outros superiores na escala do ser (Dussel, 1992). O reconhecimento dos efeitos prejudiciais do colonialismo e suas consequências nas dinâmicas psicológicas e sociais dos indivíduos (Fanon, 2008) é crítico para uma conceitualização do bem-estar

ajustada a populações que experimentam injustiça e desigualdades sociais.

A questão que nos interessa levantar é que o colonialismo marca a invenção do outro, aqui no caso das outras, "aquele que não se encaixava no ideal de ser humano da modernidade (europeia) e deveria, por isso, ser civilizado: o negro, o índio, o asiático, a mulher, os integrantes das classes populares, os homossexuais" (Castro-Gómez, 2000 citado por Alves & Delmondez, 2015, p.656). É importante compreender que foi essa mentalidade colonial europeia, com a falácia da superioridade racional do sujeito moderno frente aos incivilizados, que justificou inúmeras práticas irracionais e violentas contra mulheres, sobretudo as mulheres negras.

A psicóloga social brasileira Sawaia (2006) elaborou a noção de sofrimento ético-político, na qual nos apoiamos, para descrever um estado específico vivenciado pela parcela da população que passa pela experiência de exclusão social. Esse não é um sofrimento "de ordem individual, proveniente de desajustamentos e desadaptações, mas um tipo de sofrimento determinado exclusivamente pela situação social da pessoa" (Bertini, 2014, p. 62).

Apesar de considerarmos que todas as mulheres, como sujeitos sociais, estão submetidas a injustiças, "a humilhação, a vergonha, a depreciação são vividas de forma mais intensa pelas classes subalternas" (Bertini, 2014, p. 65). Esses sofrimentos estão associados a sentimentos intensos de desesperança, produzindo impactos psicológicos profundos, associado a altos níveis de estresse, ansiedade e quadros depressivos (Vieira, 2020).

Constatamos que o conceito de sofrimento ético-político ainda não possui um aprofundamento a partir de uma perspectiva de gênero e raça, introduzi-las é dar um tratamento ainda mais específico ao conceito. Eliminar essas experiências de sofrimento ético-político (Sawaia, 2006; Bertini, 2014) exige mudanças profundas em todo o sistema socioeconômico atual. Ao mesmo tempo que devem ser feitos esforços para que essas mudanças ocorram, é urgente a construção de estratégias imediatas de apoio eficazes a essas mulheres, tendo em vista a promoção do seu bem-estar perante essas adversidades presentes no aqui e agora dos seus cotidianos.

As dimensões psicossociais do bem-estar

O campo da intervenção psicossocial busca facilitar o bem-estar e a saúde mental dos indivíduos (Neiva, 2010) bem como desenvolver ações para mitigar os problemas sociais vivenciados pelas populações abrangidas.

A noção de bem-estar social propõe uma definição abrangente de bem-estar que

inclui a implementação de políticas públicas que proporcionem e garantam direitos, como programas de combate às desigualdades, que promovam a inclusão social, a proteção dos direitos humanos e a participação cívica entre seus membros. Segundo Sen (1999), essa deve ser a preocupação central não somente dos governos, mas também das empresas, instituições e sociedade civil, estando relacionada com a ideia de justiça social.

Quando se trata do combate à pobreza, muitas das intervenções se preocupam em elaborar estratégias voltadas à geração de rendimento para as mulheres que se encontram nessa situação. É incontestável a importância de iniciativas dessa natureza, embora também precisem de ser problematizadas, para que estas iniciativas não sirvam apenas lógicas capitalistas visando que as mulheres fiquem "bem" apenas para extrair delas a sua força de trabalho (Miranda & Santos, 2022).

A questão econômica, embora seja central, é apenas um dos aspectos da pobreza. Quando compreendemos a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional (Neves & Silva, 2023), entendemos que existem outras dimensões dessa vivência que também devem ser atendidas, ao serem considerados os aspectos psicossociais.

Por psicossocial, entende-se tanto a vida psíquica da mulher, composta por seus elementos consciente e inconsciente (baseados nas suas vivências particulares), como o social, que está para além dela, ou seja, tudo aquilo que preexiste à vida psíquica individual dessa mulher ou tem a ver com o contexto no qual ela está inserida, que existe, mas se encontra fora de si (Nasciutti, 1996).

A literatura do bem-estar aponta para um consenso de que o bem-estar é determinado por fatores intrínsecos e extrínsecos, sendo que os intrínsecos estariam mais relacionados a aspectos como a personalidade da pessoa, enquanto os extrínsecos incluem os aspectos culturais, sociodemográficos e os eventos de vida (Luhmann, et al., 2011; Oishi et al., 2011 citado por Galinha & Ribeiro, 2005).

Assumimos neste trabalho uma ontologia relacional, em que os contextos e condições sociais e culturais enquadram a vida das mulheres. A partir das perspectivas apontadas por Buber (2001) somos seres dialogais, situados no mundo a partir de uma realidade relacional com o outro. A partir de uma ética relacional, reconhecemos a necessidade de assumirmos uma responsabilidade e um cuidado nas relações que estabelecemos. Por esta razão, os relacionamentos interpessoais ocupam um lugar central para a reflexão que pretendemos apresentar.

O conceito de bem-estar social é alargado pelo trabalho de Keyes (2000), no campo da Psicologia Positiva, para se referir aos aspectos relacionais

entre os membros de uma sociedade, à qualidade das interações e ao sentimento positivo de aceitação social, ou seja, de uma pessoa se sentir parte da sua sociedade e ter o sentimento de contribuir para o progresso social, integrando em seja, de uma pessoa se sentir parte da sua sociedade e ter o sentimento de contribuir para o progresso social, integrando em seu modelo de bem-estar aspectos sociais, emocionais e, psicológicos.

Uma outra noção que se aproxima a esta anteriormente citada é o de bem-estar comunitário, presente na Psicologia Social, que relaciona a noção de bem-estar ao sentimento de conexão através de experiências compartilhadas com outras pessoas, o sentido de pertencimento, integração, de ser influenciado e ser capaz de influenciar outros membros, como aponta McMillan e Chavis (1986).

A partir de uma perspectiva psicossociológica, podemos compreender as relações como fazendo a ponte entre experiências sociais e psicológicas que as mulheres em situação de pobreza vivenciam, contribuindo significativamente para o seu bem-estar^[1].

[1] Como Nasciutti (1996, p. 52) nos informa, "o social não atua simplesmente sobre o comportamento individual, mas faz parte dele, se inscreve no corpo, no psiquismo mais profundo, na representação que o indivíduo faz de si mesmo e dos outros, nas relações que ele mantém com o mundo que lhe é exterior."

Na história da evolução do conceito de bem-estar, existe uma mudança na distinção operacional importante entre o bem-estar material, presente no debate dentro do campo da Economia (Veenhoven, 1996 citado por Galinha & Ribeiro, 2005, p. 205), relacionado à influência dos fatores econômicos e da renda na vida das pessoas (Easterlin, 2015), e as dimensões de bem-estar subjetivo (Giacomoni, 2004) e bem-estar psicológico (Ryff & Keyes, 1995), enquadradas na Psicologia e na dimensão de saúde-mental.

De acordo com e colaboradores (1999, citado por Woyciekoski et al., 2012, p. 281), o bem-estar subjetivo passou a ser compreendido como “um fenômeno que engloba satisfação de vida geral, [...] se refere a uma avaliação cognitiva positiva da vida como um todo [...] expressa a frequência de emoções positivas experimentadas pelo sujeito”. Já o estudo do bem-estar psicológico relaciona-se com “autoaceitação, autonomia, controle sobre o meio, relações positivas, propósito na vida e desenvolvimento pessoal” (Ryff & Singer, 1998 citado por Woyciekoski et al., 2012, p. 209).

Dahlgren e Whitehead (citados por Buss & Pellegrini Filho, 2007) apresentam diferentes níveis de determinantes sociais da saúde, dentre eles os macrodeterminantes, que envolvem as condições socioeconômicas, culturais e ambientais mais gerais e os microdeterminantes, que atuam de maneira mais próxima na vida das pessoas, por meio de aspectos diretamente envolvidos nas experiências imediatas^[2] do seu dia a dia.

As perspectivas psicológicas do bem-estar chamam a atenção para o papel das relações das mulheres com os seus contextos cotidianos, e para fatores de proximidade, numa ordem micro e meso na sua ecologia (Bronfenbrenner, 2005). Os estudos focados nas condições de pobreza e de injustiça social têm privilegiado leituras de uma natureza macro. É necessário fazer a ponte entre estes níveis para melhor se entender a natureza das experiências de bem-estar das mulheres que vivem em condições de pobreza e injustiça e desigualdade social. O conceito de bem-estar precisa abarcar a complexidade destas experiências e as especificidades das circunstâncias e fatores que afetam essas populações.

^[2]Esse modelo foi desenvolvido por Dahlgren e Whitehead citados por Buss e Pellegrini Filho (2007).

A necessidade de uma conceitualiza ção mais específica do bem-estar para as mulheres

Os estudos do bem-estar trouxeram novas perspectivas para o interior da Psicologia, que, enquanto ciência moderna, permaneceu muito tempo ligada ao discurso médico, voltado ao sintoma e a doenças. As produções científicas nesse campo eram, em sua maioria, voltadas aos temas das psicopatologias e do sofrimento, na proporção de 17 artigos que abordam estados negativos para um voltado a aspectos positivos (Passareli & Silva, 2007). No que se refere às populações em situação de pobreza, essa discrepância era ainda maior. São escassas pesquisas voltadas à "satisfação com a vida, a paz ou prazer, ignorando os benefícios que eles proporcionam aos

indivíduos" (Seligman & Csikszentmihalyi citados por Araújo 2013, p. 754), junto destas populações de mulheres.

O campo da Psicologia Positiva procurou se afirmar como uma ciência focada no bem-estar, contribuindo com estudos sobre as dimensões positivas da experiência psicológica humana. Seligman (2011), um dos principais proponentes e impulsionador dessa área³¹, juntamente com outros autores⁴¹, redirecionou o olhar das patologias psíquicas dando atenção ao papel do bem-estar na vida dos sujeitos. Dentre as importantes contribuições de seus estudos, estão a identificação de cinco elementos que sustentam uma vida significativa e satisfatória, apresentados como pilares para a experiência de bem-estar: as emoções positivas, o engajamento, os relacionamentos, o sentido (ou significado) e a realização, pilares estes conhecidos como PERMA⁵¹ (Seligman, 2011).

³¹ Outros campos científicos já vinham contribuindo, em décadas anteriores, ao enfatizar os aspectos humanos positivos em oposição à ênfase patologizante (Marujo et al., 2013 citado por Reppold et al., 2019).

⁴¹ Ed Diener, Barbara Fredrickson, Sonja Lyubomirsky, Daniel Gilbert e Robert Emmons são alguns outros nomes importantes neste campo.

⁵¹ A sigla PERMA é formada pelas iniciais das palavras, no inglês, emotion, engagement, relationships, meaning and achievement.

A questão para a qual queremos chamar a atenção é que muitas pesquisas na área na Psicologia Positiva, elaboraram categorias que se apresentaram como universais nos estudos científicos sobre o bem-estar, mas que foram realizadas em países do Norte Global. Os países do Sul Global (pertencentes à América Latina, África e Ásia) aparecem como minorias nesses estudos, como demonstra Minkov (2009).

Segundo Vieira (2023), "essa lógica opera da seguinte forma: quando se fala em terceiro mundo, por exemplo, são consideradas as partes do mundo vistas pelo Norte Global como pobres e, por isso, periféricas e menos desenvolvidas; enquanto o Norte, por sua vez, coloca-se como o centro rico e produtor de referências".

Observa-se na literatura do bem-estar, ainda, atenção insuficiente aos aspectos de gênero e raça, quando na realidade, as mulheres, sobretudo as racializadas, estão dentro do grupo da parcela da população mais impactada pelas injustiças sociais, políticas e econômicas, cujas consequências sobre o bem-estar são diretas. Por essa razão, é preciso pensar em uma noção de promoção de bem-estar mais específica para atender suas demandas.

Podemos considerar que, se as dimensões ético-políticas são importantes para a vida de todos os sujeitos, tornam-se ainda mais relevantes para essa parcela da população. Por essa razão é fundamental que sejam contempladas na literatura do bem-estar.

A aplicação de um conceito padronizado de bem-estar pode "ter consequências negativas ou serem contraindicadas para populações específicas, comprometendo a validade consequencial dessas intervenções" (Reppold et al., 2019, p. 336), podendo ainda acabar por gerar culpa naquelas que não atingirem ou se encaixarem nesse ideal de bem-estar propagado (Miranda & Santos, 2022).

Embora seja necessário atender aos perigos da importação e aplicação, para contextos diferentes daqueles em que a investigação foi produzida, de conceitos e noções de uma Psicologia Positiva "normalizada" (Reppold et al., 2019; Miranda & Santos, 2022; Cabanas & Illouz, 2022), é também necessário reconhecer o potencial de alguns conceitos para transformarem práticas de intervenção que estavam focadas na patologia e no déficit e para orientarem ações que podem contribuir para a promoção de dimensões

positivas da experiência humana em geral. Dentre elas está a noção de florescimento^[6] conforme desenvolvida por Seligman (2011).

Segundo Seligman (2011, p.130), o florescimento implica três processos essenciais: "a experiência de emoções positivas, um engajamento ativo (interesse) e um sentido de propósito na vida a que se juntam, pelo menos, três condições adicionais, entre elas: autoestima, otimismo, resiliência, vitalidade, autodeterminação e relacionamentos positivos". Porém, o florescimento^[7] foi avaliado junto de 2.000 cidadãos em 23 países da União Europeia. Contudo, nestes estudos, nenhum país do Sul Global foi incluído.

A efetiva promoção do bem-estar implica o respeito pelas particularidades das populações que possuem suas vidas marcadas por experiências de sofrimento ético-político (Sawaia, 2006), como é o caso das mulheres em situação de pobreza, que acabam por serem suas demandas negligenciadas em definições universais do conceito. As dimensões éticas e políticas são essenciais para se entender a experiência destas populações^[8]. Porém, da mesma forma que há dimensões ético-políticas implicadas na dimensão do sofrimento, assumimos que também possam existir dimensões ético-políticas implicadas na construção do bem-estar.

A conceitualização de uma noção de bem-estar que integra dimensões éticas e políticas pode contribuir para corrigir algumas destas falhas, contribuindo para o avanço do campo teórico de estudo e de práticas mais positivas e respeitadoras das singularidades dos processos em jogo na construção do bem-estar de populações com vidas constringidas pela precarização material e expostas a injustiças sociais.

^[6] Ele desenvolveu esse trabalho junto com Felicia Huppert e Timothy da Universidade de Cambridge.

^[7] Csikszentmihalyi (1990) contribuiu para o desenvolvimento da noção de florescimento introduzindo o conceito de fluxo, representando um estado de vida plena e satisfatória, que é alcançado pela pessoa por meio de um engajamento significativo que ela experiêcia em diferentes áreas da vida.

^[8] Existem abordagens de intervenção psicossocial junto com mulheres que muitas vezes não são reconhecidas ou percebidas como relevantes para aquelas que as recebem, existindo ainda práticas de promoção do bem-estar que possam ser opressoras devido ao seu caráter autoritário de mudança, como informa Marujo & Neto (2010).

Implicações de uma perspectiva decolonial para o bem-estar

Ao valorizarmos a dimensão subjectiva do bem-estar, enquanto experiência, temos que reconhecer que há vivências específicas das mulheres em situação de pobreza que precisam ser consideradas nas intervenções junto a elas. Assumimos que o bem-estar não pode ser definido a partir de categorias universais e que não pode ser aplicado a todos os indivíduos da mesma maneira, sobretudo sem considerar uma perspectiva de classe, gênero e raça (Davis, 2016).

Os profissionais do campo da intervenção psicossocial enfrentam um desafio colonial histórico para o qual as lentes da ciência hegemônica, uma ciência ancorada no positivismo moderno e restrita aos pensamentos dos autores ditos cânones (Carvalho, 2017), não são suficientes. As abordagens dominantes ignoram as questões vividas pelas populações marginalizadas orientando-se por modelos construídos a partir da experiência de indivíduos predominantemente brancos, de classe média, europeus ou americanos (Bhatia et al., 2022).

Esses modelos e os processos metodológicos positivistas e reducionistas estão na base da construção da Psicologia "mainstream" (Toomela, 2014), que ao desconsiderar contextos sociais, históricos e culturais, assenta-se num ideal individualista de sujeito psicológico, compreendido a partir da noção de interioridade (Dimenstein, 2000), e com base em análises de populações dos países do Norte global. Essas perspectivas dominam as orientações para o campo da intervenção, mas são insuficientes para dar respostas aos aspectos psicossociais enfrentados pelas populações de mulheres que experienciam a pobreza. Esses referenciais, nomeadamente os eurocêntricos, estão na origem da inadequação das respostas que têm sido apresentadas nos trabalhos de intervenção psicossocial com mulheres do Sul Global, pois existe uma incoerência entre a natureza das experiências vivenciadas por elas e os enfoques das estratégias dominantes (Vieira, 2023).

Watkins e Shulman (2008) denunciam que as produções euro-americanas no campo das intervenções psicossociais produzem práticas de intervenção, que assumem um sujeito

descontextualizado e não historicizado. Essas práticas não são alvo de nenhuma desconfiança ou crítica, mesmo já sendo sabido, contudo, que “as práticas mais eficazes são aquelas desenvolvidas de forma contextualizada” (Boulier et al., 2013 citados por Reppold et al., 2019, p. 336).

Neste momento, o campo social é abalado por questionamentos éticos e políticos que rechaçam os modelos analíticos estadunidenses e europeus que não sejam condizentes com as questões experienciadas pelos sujeitos dos países que sofrem, ainda hoje, com os efeitos da colonização (Castro e Mayorga, 2019, p. 3).

Desafiar as estruturas de poder coloniais não é uma tarefa simples de ser feita, pois são forças que continuam a operar na manutenção de uma série de opressões com as quais essas mulheres se deparam, em vários contextos. Por essa razão, propomos pensar o bem-estar ético-político a partir de perspectivas decoloniais.

A Psicologia da Libertação, desenvolvida inicialmente na América Latina, reconhecida na atualidade também como Psicologia Decolonial, representa um destes

movimentos.

Recebeu a influência de diferentes movimentos sociais, filosóficos, feministas, teológicos e das lutas anticoloniais. Martin-Baró (1996) e Maritza Montero (2001) são dois⁹¹ dos psicólogos sociais latino-americanos que representam essa abordagem. Baseando-se nos princípios da libertação social e da justiça social, essas abordagens procuram promover o bem-estar dos sujeitos por meio da conscientização política e da ação coletiva.

Esses pensadores nos provocam a construir estratégias de enfrentamento das relações de poder hegemônico e dos processos coloniais inscritos no próprio interior das práticas psicossociais, que acabam por perpetuar situações de opressão quando não amparadas em um paradigma ético-político. Nos seus trabalhos, enfatizaram a importância de fazer emergir práticas conscientes das virtudes e forças dessa parcela da população, buscando provocar a reflexão crítica sobre as relações de dominação e as estruturas de poder que influenciam a vida das pessoas, promovendo a resistência contra as diferentes

⁹¹ Ambos tiveram influência do trabalho político de Dussel (1992), criador de uma filosofia ética comprometida com os sujeitos pobres e excluídos.

formas de opressão (Baró, 1996, Montero, 2001).

Nos estudos decoloniais, somam ainda as autoras do campo do Feminismo Decolonial (Vergès, 2020; Lugones, 2019; Lorde, 1984) preocupadas, também, com questões comunitárias e conscientes criticamente das opressões a partir de uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2019). Estas abordagens partem de um conhecimento aprofundado sobre as experiências sentidas e vivenciadas por mulheres nas periferias dos países do Sul Global, ampliando as perspectivas feministas ocidentais, hegemônicas e eurocêtricas, como descreve Ballestrin (2017, p. 1042), e rompendo com as narrativas que reforçam o fato da mulher ser "retratada como pobre, ignorante, limitada pela tradição e pela família, em contraparte às mulheres conscientes, emancipadas, modernas, controladoras de seu corpo e sexualidade [...] como vítimas da violência masculina, do processo colonial".

Dessa forma, é possível identificar nessas mulheres a construção de um percurso marcado pela existência de um potencial positivo de forças que são mobilizadas para a ação. A perspectiva das forças (Saleebey, 1996) também desloca o enfoque dos problemas e do déficit para a solução das dificuldades por via da mobilização dos recursos e competências das pessoas, tendo, assim, um caráter prático. Desse modo, é possível afirmar que muitas mulheres também possuem capacidades, recursos e estratégias de produção e gestão do seu próprio bem-estar, mesmo estando imersas em condições de pobreza e de injustiça.

Algumas conseguem construir o seu bem-estar apesar do sofrimento e outras por causa – por via – do enfrentamento desse sofrimento. A ciência do bem-estar ainda desconhece que as práticas de intervenção psicossocial precisam de se enriquecer com os saberes e competências destas mulheres, identificando-as e reconhecendo-as.

Para que o campo da intervenção ofereça respostas adequadas para a promoção do bem-estar dessas mulheres é preciso, por um lado, reconhecer as dimensões éticas e políticas do bem-estar e, por outro, ir além do sofrimento, para reconhecer que estas mulheres conseguem construir experiências de bem-estar perante a adversidade e que experimentam outros lugares ao ser e existir.

Esses são alguns dos ganhos que os estudos sobre colonialidade e gênero (Lugones, 2019) podem trazer para elaborarmos a dimensão de um bem-estar, que comporte aspectos éticos e políticos no trabalho de campo da intervenção psicossocial junto a essas mulheres, ou seja, “oferecer outros olhares às práticas feministas, reconhecendo e valorizando ações de mulheres fora do esquadro branco, eurocêntrico, burguês e que dialogam com a decolonialidade” (Lugones, 2019, p. 940).

Uma noção de bem-estar ético e político (BEEP) para as intervenções psicossociais com mulheres em situação de pobreza, injustiça e desigualdade social

Neste artigo propomos a necessidade de conceitualização de uma noção de bem-estar ético e político (BEEP), focado, particularmente, nas necessidades e experiências de mulheres em situação de pobreza, injustiça e desigualdade social. Nesta seção, refletimos sobre as dimensões chave implicadas neste conceito, nomeadamente a noção de ética e de política.

Enquanto campo do saber, a ética contempla reflexões fundamentais para se pensar a qualidade do convívio social, envolvendo as responsabilidades morais que devemos ter em relação a nós mesmos, aos outros e à sociedade como um todo (Chauí, 2000). Montero propõe que, “a ética supõe uma reflexão geral de natureza social e relacional, da qual derivam os mandamentos específicos que cada pessoa deve implementar na sua conduta diária” (Montero, 2001, p. 4).

A ética é discutida na contemporaneidade por diferentes teorias e abordagens, cada qual com diferentes perspectivas (Deigh, 2011). Pensar o Bem-Estar Ético e Político (BEEP) implica pensar o papel de uma ética pessoal e situada, mas também relacional e moldada contextual culturalmente por oposição a princípios éticos universais, aplicáveis a todas as situações e culturas.

A política se refere ao processo pelo qual interesses, valores e preferências dos indivíduos e grupos são disputados, articulados, negociados e representados na esfera pública, expressos por meio de manifestações e protestos, por exemplo. Seguindo com a contribuição do pensamento de Montero (2001, p. 4), a política é "tudo relacionado à vida organizada coletivamente, ao espaço público. Sobre direitos e deveres civis e relações de poder e suas dinâmicas, naquele espaço".

Propomos ser possível que as mulheres em condição de pobreza e de injustiça social construam experiências de bem-estar no confronto com situações que têm claras implicações éticas e políticas. Urge, pois, entender em que consistem estas experiências, o que contribui para a sua emergência, como se desenrolam e se identificam e que papel, exatamente, desempenham as dimensões

éticas e políticas na construção desse bem-estar e qual o seu papel face a outras formas de bem-estar e aos desafios enfrentados por elas.

É possível, por exemplo, que as vivências éticas resultem numa experiência de bem-estar numa situação em que a mulher percebe uma congruência (natural ou conquistada) entre a sua vida e a sua relação com os outros. É possível que esta experiência exija desenvolvimento de uma consciência crítica, nomeadamente sobre as suas circunstâncias de vida e relações, e sobre os processos de opressão implicados, bem como que as mulheres tenham um quadro de valores bem definidos e que sejam capazes de se diferenciar de relações e situações que possam ferir esses valores.

As dimensões políticas do bem-estar possivelmente implicam questões relacionadas com o posicionamento da mulher perante situações em que está em causa o exercício de poder sobre a sua vida ou a capacidade de resposta a situações de opressão e violação dos seus direitos, autonomia e sentido de dignidade. É possível que se relacione com a forma como as relações são reguladas internamente pela mulher e com os quadros de significado construídos em torno de relações de poder.

Muitas mulheres em situação de pobreza têm que lidar com tratamentos humilhantes e "estigmas negativos relacionados à identidade de pobreza" (Rego & Pinzani, 2013 citado por Moura & Sarriera, 2019, p. 8). Se, por um lado, estas experiências podem gerar mal-estar e sofrimento, a resposta da mulher a estas situações e o modo como gere e constrói, internamente, a sua experiência podem resultar numa avaliação positiva de si e num sentido de congruência entre as suas respostas o seu quadro de valores e de satisfação emergente. As situações de opressão são, também, um convite à afirmação da mulher do poder de si sobre si mesma. O recrutamento dos seus recursos e de competências para o enfrentamento (mais ou menos aberto ou coberto) de situações de violação ética ou de opressão política, pode resultar em emoções positivas (ex: orgulho de si) e numa avaliação positiva de si mesma (ex: como sendo capaz de proteger a sua dignidade), bem como no desenvolvimento e fortalecimento de capacidades adicionais.

Pensar o BEEP é admitir a possibilidade de as mulheres podem transcender as circunstâncias que as oprimem e de não terem que se remeter a uma vida de sofrimento. Esta conceitualização implica posicionar o bem-estar no cruzamento entre os processos intra e interpessoais e as experiências subjectivas dos indivíduos e os processos sociais e culturais de natureza mais macro.

É, possivelmente, uma forma de bem-estar forjada na intersecção das experiências individuais com as suas condições sociais, culturais e os processos históricos que condicionam as suas trajetórias. Esta forma de bem-estar proporciona um posicionamento múltiplo face aos processos sociais dominantes. Por um lado, apela ao distanciamento implicado na reflexão crítica e, por outro, uma apropriação e quase internalização destes processos que são depois reconstruídos e ressignificados internamente pelos indivíduos e na sua teia de relações mais próximas.

Consideramos que pensar a noção de BEEP é um esforço necessário para o enfrentamento das relações de poder hegemónico inscritas no próprio interior da noção de bem-estar enquanto ciência (Bhatia et al., 2022). Abraçar este conceito implica abraçar a possibilidade de se contribuir para se construir alternativas para a vida das mulheres que enfrentam desigualdades e injustiças sociais diariamente, de uma forma que respeita às suas lutas e o seu sofrimento, e os visibiliza, sem as reduzir ou aprisionar a esse sofrimento. A operacionalização de uma noção de BEEP convida as mulheres a olharem para as possibilidades de si no

confronto com a dificuldade e com a opressão, colocando-as numa posição de controle, e assumindo um pressuposto de autoria, competência e capacidade de autodeterminação.

Como tentativa, poderíamos começar a avançar com um definição provisória do Bem-Estar Ético Político como sendo: uma forma de bem-estar, associada a uma experiência subjectiva de satisfação e de avaliação positiva de um indivíduo de si mesmo e das suas respostas a uma determinada situação associada, por um lado, a uma experiência de congruência da mesma ou das ações da própria pessoa com os seus quadros de valores preferidos e uma noção do que, para si, se constitui algo "bom" e, por outro, a uma percepção de poder e controlo sobre si próprio e sobre a sua imagem preferida de si, na relação com os outros, em situações em que estão em causa jogos de poder ou ameaças à preservação daquelas dimensões.

Há, nesta proposta de definição, vários aspectos a salientar, nomeadamente: o facto de que o BEEP é possivelmente apenas uma forma possível de bem-estar, cuja relação com outras formas de bem-estar tem que ser entendida; o facto de que está associado a uma experiência que é individual e subjectiva e que implica uma avaliação do indivíduo de si e das suas circunstâncias; que é uma forma de bem-estar necessariamente relacional e que implica um posicionamento da pessoa face a um outro; que pode ser construído em condições de "harmonia" mas também de desafio, enfrentamento e de opressão. Por fim é importante sublinhar considerar a hipótese de que esta forma de bem-estar pode co-existir com situações de sofrimento e mau estar ou ser construído a partir da resposta a essas situações.

Esse conceito pode orientar os discursos sociais e, eventualmente as práticas, das iniciativas de apoio a estas populações de mulheres. O conceito pode ser usado como lente sensibilizadora e transformadora, acentuando as oportunidades e possibilidades de transformação efetiva nas circunstâncias materiais e sociais de vida da mulher tanto quanto na sua experiência interna e subjectiva.

O conceito apela a uma noção de ética e política da vida diária, implicando que um sentido de satisfação com a vida ou consigo próprio pode resultar destas experiências. O BEEP convida a pensar política para além do poder do governo e das instituições formais, na esfera das interações sociais cotidianas que envolvem as vidas dessas mulheres e suas dinâmicas em diversos contextos de convívio social, tais como família, trabalho, comunidade ou no interior de organizações e instituições que prestam atendimento para essa parcela da população.

A ação política pode ser exercida como um processo de tomada de poder e de decisões coletivas dessas mulheres, sendo o campo da intervenção a arena na qual podem expor, disputados e negociados, seus diferentes interesses e valores éticos, com o objetivo de organizar a sociedade para alcançar aquilo que acreditam ser a forma como almejam serem reconhecidas e valorizadas.

As possibilidades oferecidas pelo conceito apelam a que novas investigações, junto com as mulheres, possam contribuir para construir as fundações teóricas para a sua operacionalização de uma forma que possa vir a orientar intervenções. Faltam estudos que se foquem sobre as dimensões éticas e políticas associadas ao bem-estar e que identifiquem o seu papel, as suas formas de expressão, processos e efeitos. Este artigo é apenas um primeiro passo nessa direção. Futuras investigações deverão explorar, de forma mais aprofundada, as potenciais sinergias teóricas e conceituais entre a literatura decolonial, em particular do Feminismo Decolonial e da Psicologia Decolonial, e abrir um novo campo de investigação empírica de aprofundamento e elaboração do conceito, de mãos dadas com a exploração do seu potencial pragmático no desenvolvimento de intervenções co-construídas "à medida" destas populações.

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos defender a necessidade de conceitualização de uma noção de Bem-Estar Ético e Político

(BEEP) capaz de orientar intervenções psicossociais com mulheres que vivem em condições de pobreza e de injustiça e desigualdade social.

Iniciamos a reflexão sublinhando o impacto da pobreza na vida das mulheres, buscando evidenciar a compreensão de que essas condições derivam de um processo colonial histórico, somado a um sistema econômico capitalista, patriarcal e racista. As mulheres, sobretudo as racializadas, dentro desses sistemas sociais dominantes, veem o seu cotidiano diretamente impactado pelas condições de opressão. Urge, pois, pensar nas especificidades das suas experiências, nestes contextos e nas possibilidades de construção de experiências subjectivas de bem-estar no confronto com essa realidade.

Consideramos que a conceitualização do BEEP é crítica para orientar especificamente o campo da intervenção psicossocial no trabalho com mulheres apontando-se a importância da elaboração

de ações que não sejam voltadas apenas ao rendimento, mas que incluam a atenção aos processos de bem-estar e às respostas de enfrentamento face aos constrangimentos que as situações de precarização as colocam.

O caminho teórico percorrido visou explorar as possibilidades de cruzamento das perspectivas da Psicologia Decolonial e do Feminismo Decolonial com a noção de bem-estar, que tem sido debatida no interior do campo da Psicologia Positiva, de uma forma que não tem atendido às especificidades de populações em condição de pobreza e exclusão social e com história de colonização e excluíram a parcela da população para as quais aqui nos dirigimos.

As definições encontradas na literatura não são suficientes nem adequadas para guiar intervenções psicossociais com as mulheres do Sul Global, baseando-se em sujeitos descontextualizado e não historicizado, e numa visão padronizada da população de classe média do Norte Global, ignorando-se os efeitos de submissão à supremacia da colonialidade.

Apontamos as perspectivas do Feminismo Decolonial como aquelas que mais podem contribuir para a conceitualização proposta, pelo enfoque em questões comunitárias e pela consciência

crítica explícita das opressões vivenciadas por essas mulheres, sobretudo a partir de uma lente racializada. O campo da Psicologia Decolonial foi também considerado o mais oportuno pelo fato de os seus autores estarem atentos às virtudes e forças dessa parcela da população.

Procuramos romper com a perspectiva que convoca a população de mulheres que vivem em situação de pobreza e de injustiça social, apenas ao posto de sofrimento, buscando um olhar centrado na competência, e nos recursos para enfrentamento das dificuldades.

Reconhecemos os desafios que essa conceitualização tem que enfrentar, dentre eles a importância de se diferenciar o BEEP de outras noções de bem-estar já existentes (exemplo: bem-estar material, bem-estar social, bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico, etc.). A investigação futura deve procurar nas histórias e nas experiências das mulheres em que nos focamos os fundamentos teóricos para o refinamento do conceito, procurando: (i) clarificar que consistem estas experiências e que tipo de indicadores podem sinalizá-lo; (ii), qual o seu impacto real e relação com outras experiências de bem-estar e de mal-estar e sofrimento; (iii) que processos se constituem como precursoro-

res deste tipo específico de bem-estar; (iv) como ele se desenvolve, em quais contextos, em quais condições; (v) o que o ativa, o que o facilita e constrange, como se organiza e (vi) como pode ser facilitado ou promovido e que tipo de estratégias são mais adequadas.

Pretendemos desenvolver e amadurecer esta noção de bem-estar ético-político através dos seus aspectos teóricos, mas sobretudo pretendemos elaborar esse conceito de uma maneira colaborativa, a partir dos saberes e das vozes das próprias mulheres, na busca da promoção de modos de vida mais dignos e de combate aos processos de exclusão social que muitas vivenciam.

Referências

Araújo, L. F. de. (2013). A psicologia positiva como fomentadora do bem-estar e da felicidade. *Psicologia em Estudo*, vol. 18, núm. 4, pp. 753-755.

Alves, C. B., & Delmondez, P. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política Contributions of decolonial thought to political psychology. *Revista Psicologia Política*, 15 (34), 647-661. Recuperado em 25 de março de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&tlng=pt.

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.

Arruza, C., Bhattacharya, T., Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 128 p.

Baró, I. M. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), 7-27. Consultado a 10.11.2022.
<https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1>

Ballestrin, L. M. de A. (2017). Feminismos Subalternos. Rev. Estudos Feminismos Subalternos. Rev. Estudos Feministas [online]. v. 25, n. 3, pp.1035-1054. ISSN 1806-9584.

Bertini, Fatima Maria Araújo. (2014). O sofrimento ético-político: Uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*: 60-69.

Bhatia, S., Long, W., Pickren, W., Rutheford, A. (2022). "Histories of Psychology otherwise engaging with decoloniality, decolonization, and histories of Psychology otherwise", in H. Adames, L. Comas-Diaz, and N. Chavez (Eds.), *Decolonial psychology: Theory, research, training, and practice*. APA.

Bronfenbrenner, U. (2005). *Making Human Beings Human: Bioecological Perspectives on Human Development*. SAGE
<https://play.google.com/store/books/details?id=fJS-Bie75jkC>

Buber, M. (2001) *Eu e tu*. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Centauro.

Buss, P. M. & Pellegrini Filho, A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Abr. vol. 17, n. 1, p.77-93.

Cabanas, E., & Illouz, E. (2022). *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. Tradução Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora.

Carvalho, J. J. de (2017). "Uma proposta de estudos culturais na América Latina: inclusão étnica e racial, transdisciplinarida de e encontro de saberes", in Almeida, Júlia; Patrocínio, Paulo Roberto Tonani do (Org.). *Estudos culturais: legado e apropriações*. Campinas, SP: Pontes, 2017, 157-190.

Castro, R. D. de; Mayorga, C. (2019). "Decolonialidad e pesquisas narrativas: contribuições para a psicologia Comunitária, Pesquisas e Práticas Psicossociais, 14 (3), São João del-Rei, jul.-set. 2019. e3178

Chauí, M. de S. (2000). Convite à filosofia. 7. Ed. São Paulo: Ática.

Costa, F. Á. de O., Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. Revista brasileira de Psicodrama. v. 21 n. 1 São Paulo.

Csikszentmihalyi, M. (1990). Flow: The psychology of optimal experience. Harper & Row.

Davis, A. (2016). Mulheres, raça e classe. S. Paulo: Boitempo.

Deigh, J. W. (2011). Ethics: Contemporary Perspectives. Wadsworth Publishing

Dimenstein, M. (2000). "A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde", Estudos de Psicologia Cultura Profissional do Psicólogo, 5 (1), consultado a 10.11.2022.
<https://www.scielo.br/j/epsic/a/FbK3GQ3CR4PDPKGNHZQ3bSk/?lang=pt>

Dussel, E. (1992). O encobrimento do outro: A origem do mito a modernidade. São Paulo: Vozes.

Easterlin, R. A. (2015). Income, happiness, and inequality: Insights for economists and policymakers. Journal of Economic Behavior & Organization, 120, 1-19. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2015.08.006>

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.

Galinha, I., Ribeiro, J. L. P. (2005). História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo. Faculdade de psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 6 (2), 203-214

Giacomoni, C. H. (2004). "Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida", *Temas em psicologia da SBP*, 12 (1), 43-50.

Keyes, C. L. M. (1998). Social well-being. *Social Psychology Quarterly*, 61(2), 121-140.

Leal, M. L., Schneider A. A., Bacelar, C. B., & Azevedo, M. T. (2017). Pedagogias feministas e de(s)coloniais nas artes da vida. *OuvirOUver*, 13 (1), 24.

Lorde, A. (1984). "As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande", Tradução de Tatiana Nascimento, revisada em fevereiro de 2012. in Audre Lorde. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. 110-113. Consultado a 26.01.2022.
https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao_lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf

Lugones, M. (2019). "Rumo ao feminismo decolonial", in Heloisa Hollanda. *Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar.

Marujo, H. A., Neto, L. M. (2010). Psicologia Comunitária Positiva: Um exemplo de integração paradigmática com populações de pobreza. *Análise Psicológica*, 3 (XXVIII): 517-525.

McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6-23. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198601\)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I)

Minkov, M. (2009). "Predictors of differences in subjective well being across 97 nations", *Cross Cultural Research*, 43 (2), 152-179.

Miranda, J. A. S. de & Santos, A. I. dos. (2022). "Desafinar do coro dos contentes": o uso biopolítico do discurso de felicidade. *Fórum Linguístico*, 19 (3), p. 8321-8324, DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2022.e89461>.

Montero, M. (2001). Ética y Política en psicología: Las dimensiones no reconocidas. *Athenea Digital*, n. 0, 1-10 p, ISSN:1578-8946

Moura Jr, James & Castella Sarriera, Jorge. (2016). Moura Jr., J. F. & Sarriera, J. C. (2016). Práticas de Resistência à Estigmatização da Pobreza: caminhos possíveis. In: Ximenes, V. M., Nepomuceno, B. B., Cidade, E. C., & Moura Jr., J. F. *Implicações Psicossociais da Pobreza*. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editoria, 2016, v. 1, p. 263-288. ISBN 978-85-420-0821-0.

Nasciutti, J. C. R. (1996). Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. *Revista Documenta*, 7, 51-58.

Neiva, K. M. C. (2010). *Intervenção psicossocial: Aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas*. São Paulo: Editora Vetor.

Neves, O. J. F., & Silva, A. M. R. da. (2023). The effects of multidimensional well-being growth on poverty and inequality in Brazil over the periods of 2004-2008 and 2016-2019. *Brazilian Journal of Political Economy*, 43 (2), 358-379. <https://doi.org/10.1590/0101-31572023-3428>.

Passareli, P., & Silva, J. (2007). Psicologia positiva e o estudo do bem-estar subjetivo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24 (4), 513-517.

Reppold, C. T., Zanini, D. S., Campos, D. C., & Faria, M. R. G. V. (2019). Felicidade como Produto: Um Olhar Crítico sobre a Ciência da Psicologia Positiva. *Avaliação Psicológica*, 18 (4), 333-342.

Ryff, C. D.; Keyes, C. L. M. (1995). "The structure of psychological well-being revisited", *Journal of Personality and Social Psychology*, 69 (4), 719-727, Recuperado de <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0022-3514.69.4.719>. Acesso em: 10.11.2022.

Saleebey, D. (1996). The strengths perspective in Social Work practice: Extensions and cautions. *Social Work*, 41 (3), 296-305. <https://doi.org/10.1093/sw/41.3.296>.

Santos, B. S. (2018). O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Almedina.

Sawaia, B. B. (2006). As artimanhas da exclusão social: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed., Editora Vozes.

Seligman, M. E. P. (2011). *Florescer: Uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar* (C. P. Lopes, Trad.). Rio de Janeiro: Objetiva.

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.

Sen, A. (2011). *A ideia de justiça*. Companhia das Letras.

Soares, S. R. (2013). "Feminização da pobreza": algumas reflexões sobre o empobrecimento das mulheres. In: III Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento, CEURCA, ISSN 23163089. Universidade Regional do Cariri, URCA, Crato Ceará, Brasil.

Souza, V.; Penteadó, R.; Nascimento, A., Raiher, P. (2020). A feminização da pobreza e seus determinantes. *Igepec*, Toledo, v. 24, n. 1, p. 53-72.

Quijano, A. (2000). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Lander*, 5, 107-130.

Toomela, A. (2014). Mainstream Psychology. In T. Teo (Ed.), *Encyclopedia of Critical Psychology* (pp. 1117-1125). Springer New York. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-5583-7_667.

Vega, A. P. (2019). Pobreza Feminina Desvendando suas Raízes. *Revista TEL*, Irati, v. 10, n. 2, p. 177-200, jul./dez. 2019-ISSN 2177-6644.

Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020. 144p.
Recuperado de:
<https://mulherespaz.org.br/site/wpcontent/uploads/2021/03/Um-feminismo-decolonial.pdf>.

Vieira, P. D. B. (2020). Capacitação para Interventoras Sociais: Elaboração de Projetos Sociais voltados à saúde mental de mulheres vulnerabilizadas. Mestrado, Universidade de Coimbra.

Vieira, P. D. B. (2023), "A importância dos saberes de mulheres subalternizadas para orientar uma psicologia contra-hegemônica", Cabo dos Trabalhos, 27.

Watkins, M. & Shulman, H. (2008). Em Direção às Psicologias da Libertação. New York/London: Palgrave MacMillan (edição de bolso 2010).

Woyciekoski, Carla; Stenert, Fernanda; Hutz, Claudio Simon. (2012). Determinantes do bem-estar Subjetivo", PSICO, Porto Alegre, PUCRS, 43(3), 280-28.